

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.751 - AL (2012/0245813-7)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL**  
**REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**  
**RECORRENTE : CIDETE CAVALCANTI DE MELO E OUTROS**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO GAMELEIRA CAVALCANTE E OUTRO(S) -**  
**AL001295B**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Cidete Cavalcanti de Melo e outros, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 152):

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. ÍNDICE DE 28,86%. DETRAÇÃO DOS AUMENTOS JÁ CONCEDIDOS ADMINISTRATIVAMENTE.

- A alegação de cumprimento, total ou parcial, do julgado pode e deve ser feita no juízo da execução, não implicando ofensa à coisa julgada. Quem afirma haver cumprido a condenação não pretende infirmá-la. Antes a confirma;
- A imutabilidade própria da coisa julgada não abrange os fundamentos de fato e de direito tomados como premissa da decisão, dado que somente apanha o dispositivo do julgamento;
- Agravo nominado improvido.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram rejeitados, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 173/180.

Os recorrentes alegam a existência de contrariedade aos arts. 467, 468, 471, 473, 474, 610 e 741, do CPC/1973; e 6º § 3º, da LICC. Acenam, ainda, com dissídio jurisprudencial entre tribunais.

Asseveram, em síntese, que viola o princípio da coisa julgada a determinação de compensação de reajustes específicos da categoria dos exequentes não previsto no título executivo.

Foram apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 418/423.

É o relatório.

O entendimento firmado pela Corte de origem está em harmonia com a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o RESP 1.235.513/AL, Rel. Min. Castro Meira, DJe 20/12/2002, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou a orientação segundo a qual "não ofende a coisa julgada [...] a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no

processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: 'Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre [...] qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença'.

Em igual sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. ABSORÇÃO POR REAJUSTES REMUNERATÓRIOS DECORRENTES DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.

I. Tal como restou decidido pelo Tribunal de origem, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.235.513/AL (Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 20/12/2012), submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pacificou a orientação no sentido de que "não ofende a coisa julgada (...) a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: 'Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre (...) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença'.

II. *In casu*, o Tribunal *a quo* consignou que as Leis 10.302/2001, 11.091/2005 e 11.784/2008 foram editadas "após o trânsito em julgado da sentença exequenda, configurando a hipótese prevista no art. 471, I, do CPC, em que se admite a reapreciação da lide à luz dos novos elementos".

III. Como os próprios embargantes admitem, o trânsito em julgado da sentença, no processo de conhecimento que julgou a ação coletiva, deu-se em 10/05/1999. Assim sendo, não poderia o executado invocar, no processo de conhecimento, compensação com reajustes remuneratórios posteriores, concedidos por legislação que - como esclarecem os agravantes - entrou em vigor apenas em 31/10/2001, 12/01/2005 e 14/05/2008. Caso é, pois, de aplicação do entendimento consagrado pela 1ª Seção do STJ, no julgamento,

# *Superior Tribunal de Justiça*

sob o rito do art. 543-C do CPC, do REsp 1.235.513/AL (Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe de 20/12/2012).

IV. Nesse contexto, verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal, razão pela qual não merece prosperar a irresignação, ante o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Nesse sentido, em caso idêntico, o seguinte precedente: STJ, AgRg no REsp 1.480.049/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/11/2014.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.512.191/AL, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe 20/5/2015)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. PERCENTUAL DE 28,86%. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. ABSORÇÃO. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI AO TRÂNSITO EM JULGADO DO TÍTULO EXECUTIVO. MATÉRIA ANALISADA NO RESP 1.235.513/AL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou que "não há obrigação a ser adimplida, relativa ao percentual de 28,86%, pois a vantagem foi absorvida pelos novos padrões de remuneração, advindos da reestruturação das carreiras dos apelantes".

2. A Primeira Seção desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp 1.235.513/AL, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 27.6.2012, sob o rito dos recursos repetitivos, consignou que é possível ser alegada a compensação, em fase de Embargos à Execução, quando esta se baseia em fato posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda.

3. Aplicável, pois, na hipótese, o entendimento consagrado no recurso repetitivo acima referido, segundo o qual é possível ser alegada a compensação, em fase de Embargos à Execução, quando esta se baseia em fato posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda (ocorrida em 1999), no caso, pela reestruturação da carreira prevista nas Leis 10.302/2001, 11.091/2005 e 11.784/2008, supervenientes ao título executivo. Precedente: AgRg no REsp 1.341.279/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25.10.2012.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.485.135/AL, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2014, DJe 16/12/2014)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. COMPENSAÇÃO COM LEI POSTERIOR QUE REESTRUTUROU A CARREIRA. COISA JULGADA AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DA LEI AO TRÂNSITO EM JULGADO DO

# *Superior Tribunal de Justiça*

TÍTULO EXECUTIVO. MATÉRIA ANALISADA NO RESP 1235513/AL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. MULTA EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. AFASTAMENTO.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. A Primeira Seção desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp 1235513/AL, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 27.6.2012, sob o rito dos recursos repetitivos, consignou que é possível ser alegada a compensação, em fase de embargos à execução, quando esta se baseia em fato posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda, no caso, pela reestruturação da carreira prevista na Lei n. 11.784/2008, superveniente ao título executivo.

3. A esta Corte só é permitido modificar valores fixados a título de honorários advocatícios caso sejam eles irrisórios ou exorbitantes, o que não se aplica ao caso concreto.

4. Uma vez verificada a existência de contradição entre os fundamentos e a parte dispositiva do decisum, quanto ao afastamento da multa protelatória aplicada na origem, o vício deve ser sanado de ofício.

Agravo regimental improvido, ainda que por fundamento diverso.

(AgRg no REsp 1.341.279/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 25/10/2012)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro